



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS
Núcleo de Compras - SEJUS-NUCOM

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DOS CONVÊNIOS Nº. 822737/2015 (0062797314), 822740/2015 (0062797315), 907331/2020 (0062797316) E APEC TERMO DE ADESÃO (0062792110).

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS

1.2. **SETOR SOLICITANTE:** GERÊNCIA DA POLÍTICA DE ALTERNATIVAS PENAIAS - GEAP

2. INTRODUÇÃO E BASE LEGAL

2.1. Atendendo aos ditames da **Lei Federal nº 14.133**, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos, e do **Decreto Estadual nº 28.874/24**, o qual regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Estado de Rondônia.

2.2. Seguindo a Instrução Normativa IN 79/SEGES/2024

Esta Instrução Normativa altera a Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 03 de outubro de 2022, para prever a hipótese de sorteio, bem como para atualizar percentuais máximos para convocação de licitantes nas modalidades aberto/fechado e fechado/aberto quando for prevista a aplicação de margens de preferência.

3. CLASSIFICAÇÃO DO ITEM

3.1. Quanto a aquisição pleiteada nos autos não envolve técnicas desconhecidas no mercado ou requerem inovação tecnológica para a sua execução, tratando-se assim de bem comum, pois é possível estabelecer, por intermédio de especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho característicos ao objeto, de modo que é possível a decisão entre os itens ofertados pelos participantes com base no menor preço por lote.

3.2. A classificação como comum não se confunde com a complexidade do objeto. O que deve ser verificada é a possibilidade de seus padrões de desempenho e qualidade serem definidos objetivamente em especificações usualmente adotadas no mercado, o que fica evidente no presente instrumento

convocatório.

3.3. Para um maior entendimento a respeito do Bem/Serviço Comum, segue uma transcrição do Parecer nº 20/CONSU/CMA/PRF3/PGF/AGU nº 432/2014:

“Bens e serviços comuns são produtos cuja escolha pode ser feita tão-somente com base nos preços ofertados, haja vista serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa. São encontráveis facilmente no mercado. São exemplos de bens comuns: caneta, lápis, borrachas, papéis, mesa, cadeiras, veículos, aparelho de ar refrigerado, etc e de execução de serviços: confecção de chaves, manutenção de veículos, colocação de piso, troca de azulejos, pintura de parede, etc. O bem ou serviço será comum quando for possível estabelecer para efeito de julgamento das propostas, mediante especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto”.

3.4. Para concluir, numa tentativa de definição, poderia dizer-se que bem ou serviço comum é aquele que apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio.

4. DO OBJETO E OBJETIVO

4.1. Objeto:

4.1.1. Constitui objeto da presente solicitação, à autorização quanto a instauração de Processo Administrativo a fim de realizar uma contratação de empresa especializada para preencher o quadro com uma equipe técnica multidisciplinar é imprescindível para suprir às necessidades do **Convênio nº. 822737/2015 (0062797314)** — Implantação de Centros de Monitoração Eletrônica para cumpridores de medidas cautelares diversas da prisão, **Convênio nº. 822740/2015 (0062797315)** — Implantação da Central Integrada de Alternativas Penais no Estado de Rondônia e **Convênio nº. 907331/2020 (0062797316)** - Implantação do Núcleo Especializado de Acompanhamento de Medidas Cautelares e o Atendimento à Pessoa Custodiada - APEC em Porto Velho-RO, conforme o **Termo de Adesão nº 048/2023 (0062792110)** no Estado de Rondônia, firmados entre a União, por intermédio da SENAPPEN e o Estado de Rondônia, através da Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS, que tem como objeto a execução do Projeto Implantação das Centrais Integradas de Alternativas Penais - CIAPs, Central de Monitoramento Eletrônico - CME e Atendimento à Pessoa Custodiada - APEC no Estado de Rondônia pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por igual período, que tem como objetivo contribuir com o fortalecimento da política de alternativas penais e redução da população carcerária no Estado, assim como atuar na prevenção das violências e criminalidade a partir de intervenção em fatores de risco, promovendo a proteção social ao público atendido, bem como a manutenção dos laços familiares e sociais do (a) cumpridor (a) de alternativas penais.

4.2. Objetivo:

4.2.1. A introdução das alternativas penais como modalidade punitiva no ordenamento jurídico brasileiro representou uma evolução em matéria penal, na medida em que criou um novo degrau punitivo diferenciado da prisão, aplicável aos indivíduos que cometam delitos com reduzido potencial ofensivos à sociedade.

4.2.2. Ao longo dessa última década, a SENAPPEN teve papel de destaque no estímulo à criação de estruturas administrativas e de consolidação de políticas públicas com fito de desenvolver uma nova cultura penal aplicável à boa parte das pessoas que cometem crimes em nosso país.

4.2.3. Diante de tal situação, foram realizados convênios entre a SENAPPEN e as unidades da federação com o objetivo de apoiar a aplicação e o monitoramento de penas e medidas alternativas. À época, o principal foco do órgão era incentivar a estruturação da execução das penas e medidas alternativas nas unidades da federação brasileiras, bem como vencer as resistências para a aplicação desse tipo de sanção.

4.2.4. Nessa esteira, o Projeto em comento vem dar uma resposta às demandas do Poder Judiciário que, diante da ausência de aparelhos públicos capazes de acompanhar e fiscalizar as alternativas penais sentenciadas, deixa de aplicar tais modalidades de sanções penais, contribuindo, desta forma, com o aumento do déficit carcerário e, com isso, o projeto vem para frear esse encarceramento aplicando a metodologia da autorresponsabilidade.

5. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

5.1. Considerando o **Convênio nº. 822737/2015** — Implantação de Centros de Monitoração Eletrônica para cumpridores de medidas cautelares diversas da prisão, **Convênio nº. 822740/2015** — Implantação da Central Integrada de Alternativas Penais no Estado de Rondônia e **Convênio nº. 907331/2020** - Implantação do Núcleo Especializado de Acompanhamento de Medidas Cautelares e **Termo de Adesão nº 048/2023**, firmados entre a União, por intermédio da SENAPPEN e o Estado de Rondônia, através da Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS, que tem como objeto a execução do Projeto Implantação da Central Integrada de Alternativas Penais - CIAP, Central de Monitoramento Eletrônico - CME e Atendimento à Pessoa Custodiada - APEC no Estado de Rondônia.

5.2. Considerando a Portaria MJ.495, de 28/04/2016 (0053529625), que institui a Política Nacional de Alternativa Penais junto aos Estados e o estabelecimento de estruturas organizacionais com competência formal para a articulação e gestão da política de alternativas penais em âmbito local.

5.3. Considerando que a implantação da CIAP possui como objetivo contribuir para a redução do encarceramento massivo e promover a responsabilização consciente daqueles que cometeram delitos passíveis de aplicação de alternativas penais, através da estruturação da Política de Alternativas Penais em âmbito estadual.

5.4. Considerando a resolução nº. 5, de 25 novembro de 2016, do CNPCP, que dispõe sobre os indicadores para fixação de lotação máxima nos estabelecimentos a fim de incidir sobre a porta de entrada para controle da superlotação de unidades.

5.5. E que, para tanto, faz-se necessário implementar a Central, que deverá desenvolver, por meio da equipe técnica multidisciplinar, contratada por meio de processo licitatório, sob coordenação do Poder Executivo Estadual, atividades de atendimento ao público em alternativas penais, articulando o trabalho em parceria com todo o Sistema de Justiça, especialmente, o Tribunal de Justiça - TJ, Ministério Público Estadual- MP, Defensoria Pública do Estado - DPE.

5.6. Assim sendo é imperioso constar que a CIAP necessita ser abrigada em boa localização, de fácil acesso, servido por transporte público regular e que possua estrutura mínima adequada ao atendimento do público e à implementação da metodologia orientada pela Política Nacional de Alternativas Penais / Ministério da Justiça.

5.7. Busca-se, dessa forma, contribuir com o fortalecimento da política de alternativas penais e redução da população carcerária no Estado, assim como atuar na prevenção das violências e criminalidade a partir de intervenção em fatores de risco, promovendo a proteção social ao público atendido, bem como a manutenção dos laços familiares e sociais do (a) cumpridor (a) de alternativas penais.

5.8. Nos últimos anos surgiram diversas inovações na Legislação, como a criação de novos mecanismos de intervenção não privativa de liberdade, a exemplo do Serviço de Responsabilização e Educação do Agressor e as medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha, bem como as medidas cautelares da Lei nº 12.403/2011 e a Lei nº 13.140/2015, apontando caminhos para o aperfeiçoamento da política alternativa à prisão. Os novos instrumentos de intervenção à prisão implementadas no país a mais de dez anos, indicam a necessidade de mudanças na política de alternativas penais.

5.9. Busca-se ainda, como elemento essencial, o fortalecimento da rede de apoio necessária ao Poder Judiciário para o devido funcionamento da Implantação de Ações voltadas às Audiências de Custódia, de modo a fomentar e viabilizar a operacionalização da apresentação pessoal de autuados(as) presos(as) em flagrante delito à autoridade judiciária, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após sua prisão, contando com o apoio do efetivo funcionamento de Centrais Integradas de Alternativas Penais e serviços correlatos com enfoque restaurativo e social, aptos, em suma, a oferecer opções concretas e factíveis ao encarceramento provisório de pessoas.

5.10. Assim, para que a implantação do projeto alcance a máxima eficiência na aplicação dos recursos e no alcance dos resultados esperados, a Gerência de Política de Alternativas Penais - GEAP necessita da escolha de Licitação para contratação de empresa para executar os convênios que justifica-se pela necessidade de o Estado fazer cumprir em tempo hábil a implantação da Central Integrada de Alternativas Penais como bem foi acordado em reuniões entre SEJUS, CNJ, SENAPPEN e TJ/RO.

6. JUSTIFICATIVAS DE PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1. Há necessidade de parcelamento do objeto, haja vista, que os profissionais envolvidos atuarão em áreas distintas, bem como, algumas empresas podem demonstrar interesse em executar apenas um serviço e não o outro. Assim, visando alcançar o maior número de interessados, e uma vez, que o parcelamento não trará prejuízo para a administração, justifica-se a possibilidade de contratação por lote.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR VALOR POR LOTE.

7.2. Tendo em vista que a contratação de empresa para a execução dos convênios nº. 822737/2015, 822740/2015, 907331/2020 e APEC termo de adesão 0062792110 envolve serviços que serão executados por um único prestador de serviços, foi utilizado o agrupamento desses subitens em um único lote, visando a praticidade, racionalidade e agilidade na condução dos serviços.

7.3. Entende-se por agrupamento de serviços em um único lote, o agrupamento de todos os tipos de serviços de natureza similar e pertencentes ao mesmo segmento de mercado, ao mesmo local ou ambiente, visando a realização de uma única licitação e/ou a diminuição da quantidade de itens no certame.

7.4. Também ressalta-se que os serviços serão prestados em locais diferentes.

7.5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

7.5.1. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, observadas as exigências da Súmula n.º 247 do TCU, bem como as exigências contidas neste Termo de Referência e SAMS quanto às especificações do objeto.

7.5.2. O art. 47, da Lei 14133 diz que as licitações de serviços atenderão aos princípios: I - da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho; II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

7.6. DA CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA

7.6.1. Em atenção ao art. 34, inciso XIV do Decreto Estadual nº 28.874/2024, justifica-se a exclusão de participação de pessoas físicas no presente processo, considerando que a Administração Pública tem a obrigação de garantir a segurança e a qualidade dos serviços que contrata. Em razão disso, é importante que os contratados tenham a capacidade técnica e a estrutura necessária para prestar o serviço de forma adequada.

7.6.2. Desta forma, as pessoas físicas, em geral, não possuem a mesma capacidade técnica e estrutura que empresas especializadas. Por isso, a participação de pessoas físicas na contratação pretendida pode colocar em risco a segurança e a qualidade dos serviços a serem prestados.

8. DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

8.1. Anexo Estudo Técnico Preliminar Id. (0067200586)

9. DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO / FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA - DOD/DFD

9.1. Constam nos autos, respectivamente, o Documento de Oficialização de Demanda 4 (0062798926).

10. PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

10.1. Destaca-se a equipe de planejamento, conforme Portaria nº 190 de 18 de julho de 2025 Id. (0067062007)

11. DO PCA - PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

A eventual contratação está prevista no Plano de Contratações Anual - PCA 2025 que se encontra em elaboração por meio do processo administrativo 0033.006041/2024-16.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. Os recursos orçamentários destinados a cobrir a despesa estão inseridos na Lei Orçamentária Anual, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício, estarão disponíveis na LOA 2025, após a suplementação orçamentária, tendo em vista que o recurso financeiro é proveniente da UNIÃO, conforme quadro abaixo:

Ação - SEJUS		Código	Fonte de Recurso	Elemento de Despesa	Valor para 12 meses
21.001.14.421.2165.1626	Assegurar medidas alternativas ao encarceramento	2.700.0.00001	União	33.90.39	R\$ 2.794.930,18
		2.500.1.00001	Contrapartida		
21.011.14.421.2167.4076	Garantir o desenvolvimento e a modernização do sistema prisional (FUPEN)	2.712.0.00001	União		
21.011.14.421.2102.2953					

* conforme Declaração de Adequação Financeira 0067134148

13. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

13.1. A solução para atendimento das necessidades dos órgãos e entidades é bastante simplificada, sendo materializada pela empresa contratada mediante alocação de empregados para desenvolvimento de atividades de apoio administrativo, de acordo com as especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência que balizará o processo licitatório.

13.2. Os serviços deverão ser executados por profissionais especializados e capacitados. As categorias profissionais que serão empregadas nos serviços, conforme as atribuições dos cargos.

ITEM	CARGO	ATRIBUIÇÃO
1	Assessor Especial Bacharel em Direito	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenar e fazer a gestão da equipe multidisciplinar que atua no Projeto, supervisionando e monitorando as atividades desenvolvidas; - Participar de encontros, seminários e palestras para fins de divulgação dos trabalhos do Projeto; - Realizar, em conjunto com a equipe, levantamento e realização de visitas a entidades com possibilidade de firmar parcerias; - Coordenar os processos de capacitação da equipe multidisciplinar do Projeto; - Coordenar a elaboração de relatórios e documentos estatísticos referentes ao acompanhamento prestado que venham a respaldar as ações junto ao Poder Judiciário; - Coordenar a elaboração de relatórios contendo dados dos beneficiários e atendidos; - Fomentar e participar das reuniões de equipes técnicas; - Realizar a articulação político-institucional no município, no que se refere à rede parceira; - Dialogar com a equipe responsável e com o Poder Judiciário local sobre os trabalhos desenvolvidos, trazendo informações, recebendo suporte e orientações. - Executar outras tarefas correlatas.
2	Psicólogo(a)	<ul style="list-style-type: none"> - Facilitar o processo de ressocialização e proporcionar reflexões acerca de valores éticos e de cidadania; - Sensibilizar e refletir a experiência do indivíduo, não numa perspectiva constrangedora / punitiva, mas de elaboração e ressignificação da experiência vivida através de atendimento individual, familiar e de grupos; - Oportunizar a reflexão acerca de outras perspectivas de vida, aprendizados e crescimento dos atendidos; - Avaliar habilidades, aptidões e conhecimento do público atendido a título de contribuição para o trabalho de toda a equipe

		<p>na busca de possíveis encaminhamentos;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Encaminhar junto à rede de atendimento no âmbito da saúde mental, quando necessário; - Elaboração de relatórios, documentos e estatísticas referentes ao trabalho que venha respaldar as ações junto aos parceiros envolvidos no Projeto; - Atuar em conjunto com o Setor Social no encaminhamento e acompanhamento do Projeto; - Atuar juntamente com o Setor Social nas visitas às Instituições, buscando novos cadastramentos e reforçando os vínculos com as mesmas; - Elaborar e executar com os demais técnicos da equipe, o encontro com as entidades assistenciais e/ou públicas e os magistrados buscando uma maior integração e troca de informações; - Realizar visitas domiciliares, quando necessário, para que facilitem a integração do beneficiário com a família; - Contribuir com a comunicação ao público e à comunidade em geral sobre a política de Alternativas Penais e Política de Prevenção à Criminalidade; - Elaborar e executar, em parceria com a(o) assistente social, a formação de grupos de apoio para o público atendido e familiares; - Executar outras tarefas correlatas.
3	Assistente Social	<ul style="list-style-type: none"> - Receber o(a) cumpridor(a) de alternativas penais e preencher ficha cadastral buscando dessa forma conhecer a realidade de cada um; - Encaminhar e acompanhar os grupos reflexivos e a rede parceira; - Encaminhar o(a) cumpridor(a) de alternativas penais para fazer atualização cadastral (CPF, RG, dentre outros documentos); - Apoiar o público atendido e seus familiares, buscando através do diálogo, facilitar a reflexão acerca de sua inserção no contexto social mais amplo; - Promover a inclusão do beneficiário de alternativas penais nas políticas públicas já existentes, tais como: obtenção de auxílio de cesta básica, programas de recuperação e prevenção do uso de álcool e drogas, programas efetuados pela saúde pública, atualização e complementação da documentação de identificação pessoal, cursos profissionalizantes, educacionais, dentre outros; - Participar de reuniões da equipe técnica do Projeto, do Poder Judiciário local e entidades envolvidas no Projeto de Implantação de Central Integrada de Alternativas Penais; - Realizar visitas domiciliares quando necessário para obtenção de informações que facilitem a inserção do beneficiário e seus familiares, nas políticas públicas cabíveis, objetivando uma melhor atuação; - Executar outras tarefas correlatas.
4	Pedagogo	<ul style="list-style-type: none"> - Facilitação dos grupos reflexivos e de responsabilização dos autores de violência doméstica contra as mulheres; - Elaboração da condução dos encontros do grupo reflexivo; - Registro das atividades técnicas; - Participação na articulação das redes locais de enfrentamento à violência contra a mulher; - Participação nas reuniões técnicas da equipe; - Elaborar e emitir relatórios técnicos para o sistema de justiça; - Executar outras tarefas correlatas.

5	Agente em Atividades Administrativas	<ul style="list-style-type: none"> - Atividades de nível médio, de grande e média complexidade, cujo desempenho envolve com muita frequência, a necessidade de solução para situações novas, bem como constantes contatos com autoridades de média hierárquica, com técnicos de nível superior, ou eventualmente, com autoridade de alta hierarquia, abrangendo: planejamento em grau auxiliar e pesquisas preliminares sob supervisão indireta, predominantemente técnica, com vistas à implantação das leis, regulamentos e normas técnicas, referentes a administração geral e específicas, supervisão de trabalhos que envolvam a aplicação de técnicas de pessoal, orçamento, organização e métodos, e material executados por equipes auxiliares; chefia de secretaria de unidade, supervisão dos trabalhos administrativos desenvolvidas por equipamentos; - Executar outras tarefas correlatas.
6	SOCIÓLOGO (ANALISTA EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL)	<ul style="list-style-type: none"> - Estudar processos de formulação e implementação de políticas públicas; estabelecer métodos de avaliação; definir indicadores de avaliação; identificar vulnerabilidades dos programas; analisar resultados e impactos das políticas; apontar ações corretivas.- Além disso, é função do sociólogo entender a complexidade e a evolução das relações humanas a partir de metodologias e técnicas para analisar problemas de origens econômicas, socioculturais e outros segmentos da sociedade.
7	Supervisor Administrativo	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar e gerir os projetos públicos, dando suporte as demais áreas para a tomada de decisões, suportando também a área de Governança; - Gerenciar e supervisionar as operações administrativas de uma empresa; - Promover a eficiência, produtividade e harmonia dentro de uma equipe ou departamento; - Planejar e distribui tarefas entre os membros de seu time, mantém um olhar atento para o trabalho realizado e encontra soluções para contratempos operacionais.

14. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

14.1. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar a mão de obra necessária observando os requisitos, as condições, qualidades e quantidades mínimas a seguir estabelecidas, promovendo a substituição quando necessário, a fim de atender todos os convênios Federais Anexo Convênio Nº [822737/2015](#) (0062797314), Anexo Convênio Nº [822740/2015](#) (0062797315), Anexo Convênio Nº [907331/2020](#) (0062797316) e Anexo FAF APEC - Termo de Adesão n. [048-2023](#) (0062792110).

14.2. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE TODOS OS CONVÊNIOS FEDERAIS.

Cargo: Assessor Especial Bacharel em Direito

Requisito: Nível superior na área e Carteira Nacional de Habilitação (CNH), categoria A/B.

Atribuições:

- Coordenar e fazer a gestão da equipe multidisciplinar que atua no Projeto, supervisionando e monitorando as atividades desenvolvidas;
- Participar de encontros, seminários e palestras para fins de divulgação dos trabalhos do Projeto;
- Realizar, em conjunto com a equipe, levantamento e realização de visitas a entidades com possibilidade de firmar parcerias;
- Coordenar os processos de capacitação da equipe multidisciplinar do Projeto;

- Coordenar a elaboração de relatórios e documentos estatísticos referentes ao acompanhamento prestado que venham a respaldar as ações junto ao Poder Judiciário;
- Coordenar a elaboração de relatórios contendo dados dos beneficiários e atendidos;
- Fomentar e participar das reuniões de equipes técnicas;
- Realizar a articulação político-institucional no município, no que se refere à rede parceira;
- Dialogar com a equipe responsável e com o Poder Judiciário local sobre os trabalhos desenvolvidos, trazendo informações, recebendo suporte e orientações.
- Executar outras tarefas correlatas.

Cargo: Psicólogo(a)

Requisito: Nível superior na área e Carteira Nacional de Habilitação (CNH), categoria A/B.

Atribuições:

- Facilitar o processo de ressocialização e proporcionar reflexões acerca de valores éticos e de cidadania;
- Sensibilizar e refletir a experiência do indivíduo, não numa perspectiva constrangedora / punitiva, mas de elaboração e ressignificação da experiência vivida através de atendimento individual, familiar e de grupos;
- Oportunizar a reflexão acerca de outras perspectivas de vida, aprendizados e crescimento dos atendidos;
- Avaliar habilidades, aptidões e conhecimento do público atendido a título de contribuição para o trabalho de toda a equipe na busca de possíveis encaminhamentos;
- Encaminhar junto à rede de atendimento no âmbito da saúde mental, quando necessário;
- Elaboração de relatórios, documentos e estatísticas referentes ao trabalho que venha respaldar as ações junto aos parceiros envolvidos no Projeto;
- Atuar em conjunto com o Setor Social no encaminhamento e acompanhamento do Projeto;
- Atuar juntamente com o Setor Social nas visitas às Instituições, buscando novos cadastramentos e reforçando os vínculos com as mesmas;
- Elaborar e executar com os demais técnicos da equipe, o encontro com as entidades assistenciais e/ou públicas e os magistrados buscando uma maior integração e troca de informações;
- Realizar visitas domiciliares, quando necessário, para que facilitem a integração do beneficiário com a família;
- Contribuir com a comunicação ao público e à comunidade em geral sobre a política de Alternativas Penais e Política de - Prevenção à Criminalidade;
- Elaborar e executar, em parceria com a(o) assistente social, a formação de grupos de apoio para o público atendido e familiares.
- Executar outras tarefas correlatas.

Cargo: Assistente Social

Requisito: Nível superior na área e Carteira Nacional de Habilitação (CNH), categoria A/B.

Atribuições:

- Receber o(a) cumpridor(a) de alternativas penais e preencher ficha cadastral buscando dessa forma conhecer a realidade de cada um;
- Encaminhar e acompanhar os grupos reflexivos e a rede parceira;
- Encaminhar o(a) cumpridor(a) de alternativas penais para fazer atualização cadastral (CPF, RG, dentre outros documentos);
- Apoiar o público atendido e seus familiares, buscando através do diálogo, facilitar a reflexão acerca de sua inserção no contexto social mais amplo;
- Promover a inclusão do beneficiário de alternativas penais nas políticas públicas já existentes, tais como: obtenção de auxílio de cesta básica, programas de recuperação e prevenção do uso de álcool e drogas, programas efetuados pela saúde pública, atualização e complementação da documentação de identificação pessoal, cursos profissionalizantes, educacionais, dentre outros;
- Participar de reuniões da equipe técnica do Projeto, do Poder Judiciário local e entidades envolvidas no Projeto de - Implantação de Central Integrada de Alternativas Penais;
- Realizar visitas domiciliares quando necessário para obtenção de informações que facilitem a inserção do beneficiário e seus familiares, nas políticas públicas cabíveis, objetivando uma melhor atuação.

- Executar outras tarefas correlatas.

Cargo: Pedagogo(a)

Requisito: Nível superior na área e Carteira Nacional de Habilitação (CNH), categoria A/B.

Atribuições:

- Facilitação dos grupos reflexivos e de responsabilização dos autores de violência doméstica contra as mulheres;
- Elaboração da condução dos encontros do grupo reflexivo;
- Registro das atividades técnicas;
- Participação na articulação das redes locais de enfrentamento à violência contra a mulher;
- Participação nas reuniões técnicas da equipe;
- Elaborar e emitir relatórios técnicos para o sistema de justiça.
- Executar outras tarefas correlatas.

Cargo: Agente em Atividades Administrativas

Requisito: Nível médio e Carteira Nacional de Habilitação (CNH), categoria A/B.

Atribuições:

- Atividades de nível médio, de grande e média complexidade, cujo desempenho envolve com muita frequência, a necessidade de solução para situações novas, bem como constantes contatos com autoridades de média hierárquica, com técnicos de nível superior, ou eventualmente, com autoridade de alta hierarquia, abrangendo: planejamento em grau auxiliar e pesquisas preliminares sob supervisão indireta, predominantemente técnica, com vistas à implantação das leis, regulamentos e normas técnicas, referentes a administração geral e específicas, supervisão de trabalhos que envolvam a aplicação de técnicas de pessoal, orçamento, organização e métodos, e material executados por equipes auxiliares; chefia de secretária de unidade, supervisão dos trabalhos administrativos desenvolvidas por equipamentos;

- Executar outras tarefas correlatas.

Cargo: SOCIOLOGO (ANALISTA EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL)

Requisito: Nível Superior e Carteira Nacional de Habilitação (CNH), categoria A/B.

- Estudar processos de formulação e implementação de políticas públicas; estabelecer métodos de avaliação; definir indicadores de avaliação; identificar vulnerabilidades dos programas; analisar resultados e impactos das políticas; apontar ações corretivas.

- Além disso, é função do sociólogo entender a complexidade e a evolução das relações humanas a partir de metodologias e técnicas para analisar problemas de origens econômicas, socioculturais e outros segmentos da sociedade

Cargo: Supervisor Administrativo

Requisito: Nível Superior (Direito, Assistência Social, Sociólogo e Psicólogo) e Carteira Nacional de Habilitação (CNH), categoria A/B.

- Acompanhar e gerir os projetos públicos, dando suporte as demais áreas para a tomada de decisões, suportando também a área de Governança.

- Gerenciar e supervisionar as operações administrativas de uma empresa.

- Promover a eficiência, produtividade e harmonia dentro de uma equipe ou departamento

- Planejar e distribui tarefas entre os membros de seu time, mantém um olhar atento para o trabalho realizado e encontra soluções para contratempos operacionais.

15. JUSTIFICATIVA DA QUANTIDADE ESTIMADA

15.1. O quantitativo de serviços foi estimado segundo as necessidades atuais da GEAP/SEJUS em atendimento as demandas dos Setores/Divisões indicadas na tabela:

Sector de Execução do serviço	Assistente Social	Psicólogo	Assessor Especial Bacharel em Direito	Pedagogo	SOCIOLOGO (ANALISTA EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL)	Supervisor Administrativo	Agente em Atividades Administrativas	Total
Convênio nº 822737/2015 — Implantação de Centros de Monitoração Eletrônica para cumpridores de medidas cautelares diversas da prisão;	1	1	1	1	0	0	0	4
Convênio nº 822740/2015 — Implantação da Central Integrada de Alternativas Penais no Estado de Rondônia;	3	1	1	1	0	0	1	7
Convênio nº 907331/2020 — Implantação do Núcleo Especializado de Acompanhamento de Medidas Cautelares.	1	1	1	0	0	1	1	5
Termo de Adesão nº. 048/2023 — Atendimento à Pessoa Custodiada - APEC-PVH	2	2	0	0	1	0	1	6
TOTAL	07	05	03	02	01	01	03	22

15.2. O pagamento ao contratado relativo às verbas trabalhistas será efetuado quando ocorrerem os respectivos fatos geradores, mediante apresentação de documentação comprobatória. A Administração, com base na planilha de custos anexada ao processo, adota também valores estimados referentes à possibilidade de instituição do fato gerador, de acordo com o modelo de provisão prevista na legislação vigente. Em caso de descumprimento ou omissão por parte do contratado, a Administração reserva-se o direito de deduzir diretamente o valor correspondente de pagamentos futuros, nos termos do art. 121, § 3º, incisos III a V, da Lei 14.133/21.

15.3. Ressaltamos que foi realizada uma base de cálculos na "Solicitação de Compra/Serviço - Contratação Direta (0062749899), com o intuito de demonstrar a estimativa dos custos relacionados à contratação de profissionais da equipe técnica multidisciplinar. Para tal, foram utilizadas as variáveis de valor global, valor unitário e quantidade de meses da contratação.

15.4. Cabe salientar que, após a seleção das contratadas por meio do edital, as empresas interessadas deverão apresentar dados e valores reais referentes a vencimentos e encargos patronais de cada profissional envolvido.

15.5. Além disso, é importante considerar indicadores como flutuações de preços no mercado, limitações orçamentárias e especificidades técnicas dos serviços ou produtos a serem contratados, entre outros fatores relevantes que podem impactar o processo de contratação.

Considerando a singularidade dos profissionais a serem contratados pela **SEJUS** e visando a otimização dos recursos disponíveis, será essencial a contratação dos seguintes especialistas ao total de:

07 (sete) Assistentes Sociais, que contribuirá com sua expertise em questões sociais e comunitárias;

05 (cinco) Psicólogos, para oferecer suporte emocional e comportamental;

03 (três) Assessores Especial Bacharel em Direito responsável por pareceres técnicos-jurídicos e de encaminhamentos ao Tribunal de Justiça;

02 (dois) Pedagogos, que farão parte do grupo reflexivo para melhor educação nas tratativas de não reincidência;

01 (um) Supervisor Administrativo;

01 (um) SOCIOLOGO (ANALISTA EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL);

03 (três) Agentes em Atividades Administrativas, organizará os dados de RH.

15.6. **Ao total serão 22 (vinte e dois) profissionais para atender todos os convênios por um período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por igual período.**

15.7. Considerando as dificuldades na contratação de uma equipe técnica para os convênios já mencionados e a complexidade desse processo, solicita-se, em conformidade com a legislação vigente, em caráter de urgência autorização para contratação da equipe técnica multidisciplinar através de pregão eletrônico para a correta execução do **Convênio nº. 822737/2015** — Implantação de Centros de Monitoração Eletrônica para cumpridores de medidas cautelares diversas da prisão, **Convênio nº. 822740/2015** — Implantação da Central Integrada de Alternativas Penais no Estado de Rondônia, **Convênio nº. 907331/2020** - Implantação do Núcleo Especializado de Acompanhamento de Medidas Cautelares e o **Termo de Adesão nº 048/2023 (0062792110)** Atendimento à Pessoa Custodiada - APEC em Porto Velho-RO, firmados entre a União, por intermédio da SENAPPEN e o Estado de Rondônia, através da Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS.

16. DA ESTIMATIVA DA DESPESA

16.1. Com base nos preços praticados em contratações similares e em pesquisas de preços realizadas junto aos fornecedores do ramo de terceirização de mão de obra, nos termos da Instrução Normativa SLTI/Min. Ec. nº 73/2020, e informações constantes no item 1.4.3 Solicitação de Compra/Serviço - Contratação Direta (0062749899) obteve-se o custo estimado da contratação:

FUNÇÕES	QTE DE FUNC.	UNITÁRIO	MENSAL	12 MESES
Assistente Social	7	R\$ 11.786,78	R\$ 82.507,48	R\$ 990.089,74

Psicólogo	5	R\$ 11.786,78	R\$ 58.933,91	R\$ 707.206,95
Assessor Especial Bacharel em Direito	3	R\$ 10.233,25	R\$ 30.699,75	R\$ 368.396,98
Pedagogo	2	R\$ 10.233,25	R\$ 20.466,50	R\$ 245.597,99
Agente em Atividades Administrativas	3	R\$ 6.062,09	R\$ 18.186,26	R\$ 218.235,16
Sociólogo	1	R\$ 12.316,37	R\$ 12.316,37	R\$ 147.796,39
Supervisor	1	R\$ 9.800,58	R\$ 9.800,58	R\$ 117.606,97
TOTAL	22	R\$ 72.219,10	R\$ 232.910,85	R\$ 2.794.930,18

16.2. Em conformidade com o Despacho SEJUS-GEAP ID(0062840025), que trata da Planilha de Custos ID (0066866017) anexada aos autos, e que apresenta como se deu o procedimento para a adoção dos valores referenciais, estabelece-se quais referencias utilizou-se para nortear a aplicação e observância dos valores indicados, conforme Despacho (0062840025):

Considerando a urgência na contratação de pessoal para a execução dos convênios de 2015 sob responsabilidade da Secretaria de Estado da Justiça (SEJUS/RO), e diante da inexistência de convenções coletivas ou acordos sindicais que atendam aos cargos necessários, informamos que:

No dia 26/06/2024, esta Gerência iniciou a busca de parâmetros legais para definição dos valores salariais. Como resultado, determinou-se que a remuneração seguirá o nível de referência inicial dos cargos correspondentes no Quadro de Pessoal Efetivo da SEJUS/RO, conforme estabelecido pela Lei Complementar n.º 1.146, de 1º de abril de 2022 (publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia); Lei Complementar n.º 1.110, de 29 de novembro de 2021, que dispõe sobre os servidores públicos da Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social (SEAS); e site <https://www.salario.com.br/tabela-salarial>, para elaborar a planilha de custo id (0066866017).

17. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

17.1. A solução destinada ao atendimento das necessidades dos órgãos e entidades será materializada pela empresa contratada mediante alocação de empregados para execução das atividades de apoio administrativo, conforme especificações e exigências definidas neste Termo de Referência, que servirá como base para o processo licitatório.

17.2. Considerando que o objeto consiste em serviço com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, e nos termos do art. 142, da Lei nº 14.133/2021, poderão ser previstas, no Termo de Referência e/ou na Minuta de Contrato, medidas de controle e mitigação de riscos na execução contratual, conforme disposto abaixo e em consonância com a referida legislação:

Art. 142. Disposição expressa no edital ou no contrato poderá prever pagamento em conta vinculada ou pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador.

18. FATO GERADOR

18.1. Em atendimento ao disposto no art. 18 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, esta contratação adotará, como mecanismo de controle interno, o pagamento pelo Fato Gerador.

18.2. Os procedimentos de pagamento mensal à contratada observarão os módulos que compõem a planilha de custos e formação de preços constante do Anexo VII-D da IN SEGES/MP nº 5/2017, quais sejam:

Módulo 1: Composição da Remuneração;
 Submódulo 2.2: Encargos Previdenciários e FGTS;
 Submódulo 2.3: Benefícios Mensais e Diários;
 Submódulo 4.2: Substituto na Intra jornada;
 Módulo 5: Insumos;
 Módulo 6: Custos Indiretos, Tributos e Lucro (CITL), calculado com base nos itens acima.

18.3. Considerando tratar-se de contratação continuada com dedicação exclusiva de mão de obra, e visando assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa contratada, os pagamentos observarão as disposições do Caderno de Logística e da Portaria nº 409, de 21 de dezembro de 2016, bem como da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.

18.4. A Portaria nº 409/2016 estabelece que, nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, os valores destinados ao pagamento de férias, décimo terceiro salário, ausências legais e verbas rescisórias serão pagos pela Administração somente na ocorrência do respectivo fato gerador.

18.5. Nos termos do art. 18 da Instrução Normativa nº 5/2017, para o gerenciamento dos riscos relacionados às obrigações trabalhistas, previdenciárias e de FGTS, poderá ser adotado o controle interno pelo pagamento, conforme o Fato Gerador, cuja escolha deve ser fundamentada em análise de custo-benefício.

18.6. Dessa forma, não integrarão os pagamentos mensais os valores referentes a férias, adicional de férias, décimo terceiro salário, ausências legais, verbas rescisórias e demais parcelas de natureza eventual ou futura. Tais valores serão pagos exclusivamente quando ocorrer o respectivo fato gerador, nas seguintes condições:

- Pelo valor correspondente ao décimo terceiro salário, quando devido aos empregados vinculados ao contrato;
- Pelo valor relativo às férias e ao adicional constitucional de um terço, quando do efetivo gozo de férias;
- Pelo valor correspondente ao décimo terceiro salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado;
- Pelos valores referentes às ausências legais efetivamente ocorridas;
- Pelos valores relativos a outros eventos futuros e incertos, desde que devidamente comprovados.

18.7. A ausência dos fatos geradores referentes às parcelas trabalhistas mencionadas não confere direito à contratada quanto ao recebimento dos valores não ocorridos ao término da vigência contratual, devendo o pagamento seguir rigorosamente os critérios estabelecidos neste instrumento.

19. DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

19.1. **Informamos que a prestação dos serviços se iniciará entre 30 (trinta) a 60 (sessenta) dias após finalização do processo licitatório pela SUPEL, quanto a contratação das empresas vencedoras do certame.**

19.2. Considerando a iniciativa dos convênios provenientes de recursos federais, é imperioso que o edital seja publicado o mais breve possível. Essa agilidade é fundamental para garantir a renovação dos referidos recursos e a aquisição de novos, garantindo a manutenção dos convênios. Além disso, tendo em vista a urgência das alternativas penais, informamos que o prazo deve ser iniciado em até 5 (cinco) dias úteis a contar da assinatura do contrato.

19.3. A SEJUS programará os meios necessários ao perfeito acompanhamento da execução contratual, expedindo regulamentos para a fiel execução do objeto pactuado e outros, colaborando com a harmonia e execução dos serviços, bem como com o funcionamento regular do local, sem dificultar as obrigações da Contratada ou favorecer sinistros.

19.4. Fica definido que a SEJUS indicará suas respectivas comissões/gestor de contrato para a fiscalização e acompanhamento técnico do contrato decorrente do presente certame, sendo responsável por previamente atestar a execução técnica dos serviços contratados, seus níveis mínimos e continuidade/escalabilidade ininterrupta dos mesmos, assim como quaisquer atividades relacionadas com a operação, inclusive autorizando as ordens de serviço de acordo com os postos necessários, cuidando de sua distribuição, sempre observando as definições do Termo de Referência, em conformidade com a legislação, contrato e tudo mais do Edital.

19.5. Do Recebimento do serviço:

19.5.1. De acordo com a(s) Portaria(s) designativa, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, haverá definição do Fiscal do Contrato, o qual se responsabilizará por anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, enfim adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso, solicitar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, no caso de decisões ou providências que ultrapassem a sua competência, conforme o disposto nos § 1º e § 2º do citado artigo legal

19.5.2. O objeto desta contratação será recebido conforme disposto no inciso I, alíneas “a” e “b” , do artigo 140, da Lei Federal 14.133/2021.

19.5.3. Art. 140. O objeto do contrato será recebido:

19.5.4. I - em se tratando de obras e serviços:

19.5.5. a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

19.5.6. b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

19.5.7. Quanto ao procedimento de Recebimento do serviço, será de acordo com designação por Portaria, o Contrato contará com respectiva Comissão de Recebimento do Objeto de que trata o inciso I, alínea “b”, do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, composta por no mínimo, três servidores, com capacidade para exercer o ateste final dos serviços relacionados à execução contratual, sob pena de responsabilidade solidária junto aos órgãos fiscalizadores, a qual se responsabilizará pelo recebimento definitivo do objeto tendo o prazo de até 05 dias corridos para fazer o atesto, mediante termo circunstanciado, assinado por pelo menos 3 (três) membros, após a vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado ainda o disposto no art. 119 da mesma Lei, de modo a aferir o atendimento aos princípios da legalidade, finalidade, eficiência e economicidade.

19.5.8. No processamento do pagamento, a Gerência de Administração e Finanças - GAF, rejeitará os documentos que não se demonstrarem em consonância com os ditames legais e contratuais, devolvendo-os para regularização e justificativas e glosando as parcelas irregulares, sem prejuízo da apuração de responsabilidade, caso se identifique dano ao erário.

19.5.9. Os serviços prestados à SEJUS serão atendidos mediante termo contratual com base neste Termo de Referência, são denominados usuários dos serviços, tal qual os servidores neles lotados, devendo ser tratados com respeito e seriedade, contudo, deverão colaborar para a regular e adequada prestação dos serviços

19.5.10. Os usuários dos serviços não poderão se dirigir diretamente ao Preposto da Contratada ou a seus funcionários para quaisquer solicitações, e esta, por sua vez, não tem autorização para atendê-los, eis que deverão se reportar diretamente ao Gestor do Contrato da SEJUS, que tomará(ão) as providências possíveis e necessárias à adequação dos serviços.

19.5.11. Os usuários devem acompanhar a conformidade da prestação dos serviços, apresentando ao Fiscal do Contrato (de forma expressa) todas as ocorrências para imediata verificação e providências, se for o caso.

19.6. **Da metodologia e/ ou procedimento a ser utilizado na execução do serviço:**

19.6.1. Fiscalização do Contrato se dará através dos procedimentos constantes no Termo de Referência, pela verificação das especificações do objeto, metodologia e demais disposições deste termo, garantindo-se o cumprimento de todas as obrigações nele contidas, sendo certo que a ADMINISTRAÇÃO fiscalizará a execução dos serviços contratados e verificará o cumprimento das especificações solicitadas, no todo ou em parte, no sentido de corresponderem ao especificado, conforme atribuições e competências definidas acima.

- 19.6.2. A fiscalização pela ADMINISTRAÇÃO, não desobriga a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto deste instrumento;
- 19.6.3. A ausência de comunicação por parte da ADMINISTRAÇÃO referente a irregularidades ou falhas, ou qualquer omissão total ou parcial do Gestor do Contrato ou da fiscalização não eximirá a Contratada de sua plena responsabilidade pela execução, supervisão e controle dos serviços, nas condições previstas e determinadas no Contrato e Termo de Referência;
- 19.6.4. De igual modo, a fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Contratante ou de seus empregados e prepostos, de conformidade com o artigo 120 da Lei nº 14.133/2021.
- 19.6.5. A CONTRATADA permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência do contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;
- 19.6.6. A CONTRATADA se obriga a permitir que a auditoria interna da ADMINISTRAÇÃO e/ou auditoria externa por ela indicada tenham acesso a todos os documentos que digam respeito ao objeto deste instrumento;
- 19.6.7. A ADMINISTRAÇÃO realizará avaliação da qualidade do atendimento, dos resultados concretos dos esforços sugeridos pela CONTRATADA e dos benefícios decorrentes da política de preços por ela praticada;
- 19.6.8. A avaliação será considerada pela ADMINISTRAÇÃO para aquilatar a necessidade de solicitar à CONTRATADA que melhore a qualidade dos serviços prestados, para decidir sobre a conveniência de renovar ou, qualquer tempo, rescindir o Contrato ou, ainda, para fornecer, quando solicitado pela CONTRATADA, declarações sobre seu desempenho, a fim de servir de prova de capacidade técnica em licitações públicas;
- 19.6.9. Ao gestor/fiscal do contrato se resguarda o direito de a qualquer momento verificar as condições de uso e manutenção dos equipamentos, do funcionamento dos postos, inclusive contratando (solicitando ao ordenador de despesa) técnico ou empresa especializada, caso necessário.
- 19.6.10. Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:
- 19.6.11. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da contratada que estiver sem uniforme ou que não se identifique, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente ou desobediente das normas contratuais ou de funcionamento da unidade, devendo a Contratada providenciar a substituição do empregado, às suas exclusivas expensas;
- 19.6.12. Solicitar à contratada a substituição de qualquer equipamento que não atenda às necessidades e especificações do Termo de referência;
- 19.6.13. Exigir que a empresa contratada apresente, juntamente com a Nota Fiscal relacionada à prestação dos serviços, os comprovantes de pagamentos dos salários, vales-transportes e auxílio alimentação dos empregados, bem como os comprovantes de quitação das obrigações trabalhistas, tais como recolhimento de FGTS;
- 19.6.14. Observar se o número de prestadores de serviço, por função e por posto correspondem com o previsto no contrato.
- 19.6.15. Observar se os empregados estão cumprindo a risca a escala/jornada de trabalho e se esta é cumprida de acordo com as normas legais;
- 19.6.16. Comunicar à contratada e registrar em livro próprio, a falta ao serviço de qualquer funcionário da contratada, a fim de imediata substituição ou glosa no ato do pagamento devido;
- 19.6.17. Acompanhar a execução dos serviços, determinando à Contratada as providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento do contrato, bem como anotar e enquadrar as infrações contratuais constatadas, comunicando as mesmas ao seu superior hierárquico, conforme disposto nos § 1º e 2º do art. 117 da Lei

Federal nº 14.133/2021;

19.6.18. Propor, fundamentado em fatos, a suspensão da prestação dos serviços, total ou parcialmente, em definitivo ou temporariamente, bem como diligenciar para que sejam aplicadas à Contratada as penalidades previstas no CONTRATO, assegurado à Contratada, o direito de ampla defesa e do contraditório;

19.6.19. O Fiscal do Contrato e respectiva Comissão de Recebimento deverão executar, mensalmente, a conferência e medição dos serviços, descontando-se, do valor devido como pagamento, o equivalente à indisponibilidade dos serviços contratados ocorrida por motivos imputáveis à Contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no CONTRATO, assegurado à Contratada, o direito ao contraditório;

19.6.20. O Fiscal do Contrato poderá, sempre que julgar necessário, solicitar à Contratada a apresentação de quaisquer documentos referentes aos serviços contratados;

19.6.21. O Fiscal do Contrato exercer a fiscalização dos serviços contratados, de modo a assegurar o efetivo cumprimento das obrigações da Contratada, realizando a supervisão das atividades por ela desenvolvidas e efetivando avaliações periódicas. As deficiências e irregularidades que forem constatadas serão comunicadas:

a) Verbalmente, para os casos rotineiros ou urgentes.

b) Por escrito, para as situações complexas, estipulando-se, quando pertinente, prazo certo para a correção da irregularidade. As comunicações formais serão registradas no Diário de Ocorrências ou por Carta Formal remetida à Contratada, sendo ainda válidas as correspondências via e-mail, desde que este tenha sido devidamente registrado por informação oficial da Contratada.

c) Por publicação no Diário Oficial do Estado, no caso de recusa do recebimento da notificação ou insucesso de remessa postal com Aviso de Recebimento.

O Fiscal do Contrato emitirá Relatório de Acompanhamento, até o 5º (quinto) dia do recebimento dos documentos comprobatórios por parte da Contratada, o qual conterá, no mínimo, as seguintes informações:

a) Indicação da nota fiscal emitida e do mês de referência de prestação dos serviços;

b) Relação das ordens de serviço contempladas contendo o detalhamento dos postos e locais atendidos no mês de referência;

c) Detalhamento e totalização das glosas mediante sanções ou serviços com qualidade inferior ou inadequados (anexando os documentos probantes pertinentes, sempre que possível), rejeitados na fiscalização;

d) Totalização geral da cobrança, com quadro resumo dos valores faturados;

e) Informações acerca do cumprimento, ou não, de todas as obrigações por parte da Contratada;

f) Assinaturas de conferência e aprovação dos responsáveis, conforme definição do Termo de Referência;

19.6.22. A verificação da adequação da prestação do serviço e a conformidade da mão-de-obra e dos equipamentos empregados na execução dos serviços deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência, contrato, ordens de serviço, proposta da empresa e legislação vigente.

19.6.23. A fiscalização da Contratante terá livre acesso aos locais de execução do serviço;

19.6.24. A Contratante exercerá a fiscalização dos serviços contratados, de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do escopo contratado, cabendo, também realizar a supervisão das atividades desenvolvidas pela Contratada, efetivando avaliação periódica;

19.6.25. A qualidade dos serviços será constantemente monitorada para evitar sua degeneração, devendo a Contratante intervir para corrigir ou aplicar as sanções previstas no edital e no contrato administrativo, quando verificar desconformidade na prestação dos serviços à qualidade exigida/necessária.

19.6.26. No que concerne ao serviço objeto deste Termo de Referência, a Contratada indicará um preposto, aceito pelo Contratante, durante a vigência do Contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

19.7. **Fiscalização especial**

19.7.1. Observar qual é a data-base da categoria prevista na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). Os reajustes dos empregados devem ser obrigatoriamente concedidos pela empresa no dia e percentual previstos (verificar a necessidade de proceder ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato em caso de reajuste salarial).

19.7.2. Controle de férias e licenças dos empregados na planilha-resumo.

19.7.3. A empresa deve respeitar as estabilidade provisórias de seus empregados (cipeiro, gestante, estabilidade acidente).

20. **DA PROPOSTA DE PREÇOS**

20.1. A empresa licitante deverá, apresentar prospecto (s), e/ou catálogo (s) específico dos serviços ofertados, com descritivos técnicos detalhados, para que a equipe de licitação possa avaliar se o material (s) ofertado (s) atende (m) às especificações e aos requisitos de qualidade prevista neste Termo de Referência;

20.2. As propostas deverão ser apresentadas de forma clara e objetiva, em conformidade com este Termo de Referência, devendo conter todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, detalhando:

20.3. A proposta deverá obrigatoriamente vir acompanhada de declaração de enquadramento sindical, da atividade preponderante e da justificativa do instrumento coletivo de trabalho que fundamenta os custos apresentados, conforme Acórdão TCU nº 1.207/2024.

20.4. Os preços unitários por item e o valor global da proposta;

20.5. O prazo de validade da proposta será de 90 (noventa) dias. O prazo prescreve quando a proposta for adjudicada/registrada em ata/ou o fornecedor seja oficialmente tido como detentor do item.

20.6. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o proponente o compromisso de fornecer o objeto contratado, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo quando requerido pela SEJUS/RO.

20.7. **No preço ofertado estarão incluídos também os custos indiretos sobre a execução do contrato, tais como: seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições sociais, indenizações, etc, inclusive despesas com transporte.**

21. **DA GARANTIA CONTRATUAL - [LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#)**

21.1. O adjudicatário, no prazo de 5 (cinco dias) após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Termo de Referência, conforme disposto no art. 96 da Lei 14.133/21, desde que cumpridas as obrigações contratuais, optando por uma das seguintes modalidades:

- a) caução em dinheiro ou títulos da dívida pública,
- b) seguro – garantia; ou
- c) fiança bancária.

- 21.2. A CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias, prorrogáveis por igual período, posteriores à assinatura do contrato, para apresentação da garantia contratual;
- 21.3. A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a execução do contrato, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devido à Contratante.
22. **DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS**
- 22.1. Não poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, empresas que estejam enquadradas nos seguintes casos:
- a) Empresas reunidas em consórcio, conforme vedação devidamente justificada no processo licitatório;
 - b) Empresas que se encontrem em **estado de falência decretada**, em **concurso de credores**, **dissolução** ou **liquidação judicial ou extrajudicial**, ou que estejam em **processo de recuperação judicial sem plano homologado pelo juízo competente e em pleno vigor**.
 - c) Empresas sob forma de cooperativas, conforme vedação devidamente justificada no processo licitatório;
 - d) Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública (Federal, Estadual e Municipal), durante o prazo de sanção; conforme art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/21;
- 22.2. Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de CONTRATANTE, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, considerando que a presente contratação decorre da execução de Convênio, cuja implementação exige unidade de gestão, responsabilidade centralizada e rastreabilidade das atividades, fica **vedada** a participação de empresas sob a **forma de consórcio**. A medida encontra respaldo no art. 15 da Lei nº 14.133/2021 e se justifica porque a estrutura consorciada poderia dificultar o acompanhamento técnico, o controle operacional e a prestação de contas perante o concedente, tornando incompatível a execução compartilhada com as exigências específicas do instrumento convenial.
- 22.3. Em conformidade com a Súmula nº 281 do Tribunal de Contas da União (TCU), fica vedada a participação de cooperativas em processos licitatórios sempre que, em razão da natureza do serviço ou da forma como este é usualmente executado no mercado, seja identificada a necessidade de subordinação jurídica entre o trabalhador e o contratado, bem como a presença dos requisitos de pessoalidade e habitualidade.
- 22.4. Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação:
- I - Empresário proibido de contratar com o Poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), durante o prazo de sanção;
 - II - Empresário proibido de contratar com a Administração Pública, em razão do disposto no art. 72, parágrafo 8º, inciso V, da Lei nº 9.605/98 (Lei de Crimes ambientais), durante o prazo de sanção;
 - III - Estrangeiras que não funcionem no País;
 - IV - Da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria em razão do Art. 9º § 1º 14.133/2021.
- 22.5. É vedada a participação de servidor público na qualidade de diretor ou integrante de conselho da empresa licitante, participante de gerência ou Administração da empresa, ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário. Conforme preceitua artigo 12 da Constituição Estadual c/c artigo 155 da Lei Complementar 68/92.

22.6. A Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.

22.7. Uma Licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso uma Licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas de preços não serão levadas em consideração e serão rejeitadas pela Entidade de Licitação

22.8. Conforme Informação nº 28/2021/PGE-ASSESADM, a Administração não poderá inabilitar o licitante que tiver sofrido sanção de suspensão temporária de participação em licitação por entidade ou unidade administrativa distinta da que promover o certame, tendo em vista o teor do Acórdão nº 2.218/211-Plenário, Acórdão nº 902/2012-Plenário, Acórdão nº 3243/2012- Plenário e Acórdão nº 842/2013-Plenário, todos do Tribunal de Contas da União.

23. **DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA**

23.1. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto pela Contratada à outra empresa.

24. **DA RESERVA – COTA ME/EPP**

24.1. Por se tratar de uma contratação de empresa especializada para preencher o quadro com uma equipe técnica multidisciplinar, para atender às necessidades do Sistema Prisional , não poderá ser aplicado o art. 8º do Decreto Estadual nº 21.675/2017, conforme art. 10, inciso II:

Art. 10. Não se aplica o disposto nos artigos 6º ao 8º quando:

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

24.2. Previsto também no inciso III, art. 49 da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos [arts. 47 e 48 desta Lei Complementar](#) quando

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

24.3. A possibilidade de dividir o item resultaria em falta de interesse por parte dos fornecedores em fazer negócios com a administração, uma vez que a quantidade seria insuficiente. De acordo com o critério econômico, seria impraticável tanto para a empresa contratada quanto para a administração, e de certa maneira aumentaria o custo do produto.

25. **DOS CRITÉRIOS DA SUSTENTABILIDADE**

25.1. A CONTRATADA deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, no que couber, em cumprimento ao [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis](#), ao Decreto Estadual n.º 21.264 de 20/09/2016, qual dispõe sobre a aplicação do Princípio do Desenvolvimento Estadual Sustentável no âmbito do Estado de Rondônia e ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, qual dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e será utilizada de maneira análoga como critério de sustentabilidade para a atual contratação, conforme abaixo transcrito:

a) Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados para redução do consumo de energia elétrica e água, além de programa de redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

b) Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;

c) Respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

d) Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, se usadas, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, qual estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional e os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado, e dá outras providências;

e) Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços; e

f) Comunicar a CONTRATANTE sobre equipamentos com mau funcionamento ou danificados, tais como lâmpadas queimadas ou piscando, zumbido excessivo em reatores de luminárias, mau funcionamento de instalações, entre outras.

26. DEVERES

26.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais que regem os procedimentos licitatórios e os princípios da administração pública, nas obrigações da **CONTRATADA**, além das previstas no presente Termo de Referência, também se incluem os dispositivos a seguir:

26.2. Da Contratada

a) Cumprir fielmente o prazo estabelecido no presente Termo de Referência para o fornecimento do objeto constante do mesmo;

b) Entregar o objeto da contratação no prazo fixado e em estrita conformidade com as especificações e quantitativos;

c) Assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade dos itens, reservado a CONTRATANTE o direito de recusar se os itens que não estiverem em conformidade com o objeto contratado.

d) Arcar com qualquer prejuízo causado à Administração ou a terceiros por seus empregados durante a entrega dos itens;

e) Comunicar a **CONTRATANTE**, verbalmente no prazo de 12 (doze) horas e, por escrito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer alterações ou acontecimento que impeçam mesmo temporariamente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos à execução da Nota de Empenho, total ou parcialmente, por motivo de caso fortuito ou força maior;

f) Manter-se em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a fase de execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, de forma a dar cumprimento ao art. 92, inciso XVI da Lei nº 14.133/2021.

g) Em nenhuma hipótese poderá a empresa contratada veicular publicidade acerca do objeto a que se refere este presente instrumento.

h) Os preços propostos deverão incluir fretes e demais custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, tributos, contribuições ou obrigações trabalhista, fiscal e previdenciário a que estiver sujeito.

i) A contratada será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de itens nela empregados.

26.3. Além das documentações legais, imperativamente exigidas, dispostas no **Item 27** deste **Termo de Referência**, a CONTRATADA deverá apresentar as seguintes declarações:

I - Apresentar a Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

II - Apresentar a Declaração de Fato Superveniente.

III - Apresentar a Declaração de ME/EPP.

IV - Apresentar a Declaração de Ciência do Edital.

- V - Apresentar a Declaração de Menor.
- VI - Apresentar a Declaração Independente de Proposta.
- VII - Apresentar a Declaração de Acessibilidade.
- VIII - Apresentar a Declaração de Cota de Aprendizagem.
- IX - Apresentar a Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado.

26.4. **Da Contratante**

- a) Proporcionar todas as facilidades para que a empresa possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições assumidas.
- b) Promover o acompanhamento e o recebimento do objeto, por meio da verificação da qualidade e quantidade solicitada, levando-se em consideração as datas de fabricação, prazo de validade, se está em conformidade com o que foi solicitado nas especificações/quantitativos contidos neste Projeto;
- c) Fiscalizar a execução do contrato conforme dispõe a Lei 14.133/2021;
- d) Comunicar a CONTRATADA qualquer irregularidade verificada por ocasião da execução do contrato, para que sejam tomadas as providências necessárias quanto às correções decorrentes de erros e falhas;
- e) Notificar a empresa, por escrito, eventuais anormalidades de qualquer espécie, prestando os esclarecimentos necessários, determinando prazo para a correção das falhas, das eventuais aplicações de advertências e multas, previstas no edital e nas demais cominações legais, devendo ser incluído no CAGEFIMP (Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual);
- f) O Cadastro dos licitantes deverá ser realizado no sistema de registro cadastral unificado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em conformidade com o Art. 87 da Lei nº 14.133/2021.
- g) Supervisionar, fiscalizar, e atestar a execução do contrato;
- h) Rejeitar, no todo ou em parte, os itens que não atenderem as especificações;
- i) Efetuar o pagamento nas condições pactuadas;

27. **DA HABILITAÇÃO**

27.1. **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

- e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- f) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP- P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.802, de 28/11/2023.
- g) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.
- h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- i) **Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.**

27.2. **RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

- a) Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade perante a Fazenda federal;
- d) Prova de regularidade Estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e) Certidão de Regularidade do FGTS, relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

27.3. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA**

27.3.1. **Balanco Patrimonial**, demonstração de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado no órgão competente, para que o(a) pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídos há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídos há menos de um ano) de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação.

27.3.2. A porcentagem supracitada está conforme os ditames do art. 69, §4º da Lei 14.133/21.

27.3.3. a1) No caso de o licitante ser classificado em mais de um item/lote, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referenciais;

27.3.4. a2) No caso de ser constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento à regra acima disposta;

27.3.5. As regras descritas nos itens a1) e a2) deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro(s) item(ns).

- 27.3.6. Caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns) até o devido enquadramento à regra acima disposta.
- 27.3.7. Os interessados/licitantes, conforme determina o art. 58 da Lei 11.101/2005, deverão apresentar ainda:
- 27.3.8. Certidão Negativa de feitos sobre falência – Lei nº 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos 90 (noventa) dias, caso não conste o prazo de validade.
- 27.3.9. As exigências de qualificação econômico-financeira encartadas acima estão em harmonia com o que prevê o art. 69 da Lei 14.133/21, sendo necessárias para garantir que a(s) vencedora(s) detenha(m) condições de garantir capacidade econômico-financeira para executar o futuro contrato.
- 27.3.10. **A qualificação econômico-financeira** é essencial para assegurar que a empresa contratada possua **capacidade financeira para suportar a execução do contrato sem riscos à sua continuidade**, garantindo o fiel cumprimento das obrigações contratuais. Assim, os percentuais de aferição adotados serão embasados em estudos técnicos que considerem a complexidade e o impacto do serviço a ser prestado, visando garantir a adequada execução do objeto contratual.
- 27.4. **RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E TÉCNICO-OPERACIONAL :**
- 27.4.1. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 27.4.2. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 27.4.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 27.4.4. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 27.4.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 27.4.6. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 27.4.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 27.4.8. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 27.4.9. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 27.4.10. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 27.4.11. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC n. 123, de 2006 e alterações.
- 27.4.12. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com início no dia em que proponente for declarado vencedor do certame.

27.5. **A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:**

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do [§ 3º do art. 88 desta Lei](#);

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;

VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação

27.6. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os **Atestados de Capacidade Técnica** deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a) Compatibilidade em características: o(s) atestado(s) deve(m) contemplar, individualmente ou em soma, a entrega de materiais/produtos condizentes com o objeto desta licitação, ou seja, **contratação de empresa especializada para preencher o quadro com uma equipe técnica multidisciplinar**.

b) Compatibilidade em quantidade: o(s) atestado(s) deve(m) contemplar, individualmente ou em soma, a entrega de materiais/produtos no período de execução, comprove que a empresa prestou ou presta satisfatoriamente o serviço ou fornecimento, condizentes com o percentual de 6% do item para o qual a empresa apresentar proposta, ou seja, **contratação de empresa especializada para preencher o quadro com uma equipe técnica multidisciplinar**.

27.7. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

27.8. **OUTRAS DECLARAÇÕES**

27.9. No art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

IV - será exigida do licitante **declaração** de que cumpre as exigências de **reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas.

§ 1º Constará do edital de licitação cláusula que exija dos licitantes, **sob pena de desclassificação**, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos **para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal**, nas **leis trabalhistas**, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

28. **DO ACESSO AO SEI**

28.1. As empresas participantes deverão ter acesso ao sistema SEI, visto que o contrato com a vencedora será assinado eletronicamente pelo seu representante legal devidamente cadastrado. Este cadastro é destinado a pessoas físicas que estejam com **PROCESSOS PARA ASSINATURA** na instituição.

28.2. O SEI disponibiliza cadastro para usuários externos, **destinado para empresas/pessoas que participam em processos administrativos** junto ao Governo de Rondônia, independente de vinculação, para fins de assinatura de contratos, convênios, termos, acordos e outros instrumentos parecidos celebrados com o Estado.

28.3. Para realizar o **cadastro** inicial, o solicitante deverá acessar o site <http://sei.ro.gov.br> e clicar em “ainda não sou **cadastrado**”, preencher formulário com os dados pessoais e **criar** uma senha. O sistema enviará para o e-mail **cadastrado** uma mensagem solicitando a confirmação do **cadastro**.

28.4. **Observação:** *O perfil de **Usuário Externo** não permite criação de processo e inclusão de documentos. Sua função é exclusiva para fins de assinatura de documentos.*

28.5. **Mais informações:** Entrar em contato com a **Central de Atendimento da SETIC**. Pelo e-mail: cadastrosei@setic.ro.gov.br, ou fone: [\(69\) 3212-9513](tel:(69)3212-9513) – Voip 9513.

29. **DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

29.1. Deverão ser apresentadas de imediato, logo após o recebimento definitivo, no e-mail: sejus.ngc@gmail.com desta SEJUS, as notas Fiscais/Faturas, devendo conter no corpo destas, a descrição do objeto, o número do Contrato e/ou nota de empenho e o número da Conta Bancária da CONTRATADA, para depósito do pagamento, o qual deverá ser efetuado quando os documentos necessários forem apresentados, sendo devidamente autorizado pelo órgão fiscalizador do Estado. Tomador do serviço: CNPJ nº 07.172.665/0001-21;

29.2. Ademais a CONTRATADA deverá emitir Nota Fiscal com **Imposto de Renda destacado**, e todos os documentos fiscais emitidos DEVERÃO apresentar o **destaque do IR ou com observação de Isenção**, em conformidade com o Decreto nº 27.546, de 20 de outubro de 2022 - Nova Retenção de IRRF, IN RFB nº 1.234/2012 e Instrução Normativa nº 35/2024/SEFIN-COTE que Regulamenta a retenção de Imposto de Renda para pagamentos realizados pelo estado de Rondônia.

29.3. A CONTRATADA deverá estar ciente das legislações vigentes quanto a Retenção do Imposto de Renda.

29.4. Caso não seja tecnicamente possível realizar o destaque nem qualquer observação no documento fiscal, isso não impedirá o órgão público de descontar o valor devido de Imposto de Renda ao proceder com o pagamento da obrigação. Dessa forma, é recomendável que o valor seja destacado no documento fiscal, a fim de confirmar os valores pagos de Imposto de Renda, que deverão constar no DIRF – Demonstrativo do Imposto de Renda Retido na Fonte, de periodicidade anual.

29.5. Conforme a IN 1234/2012, a **retenção de imposto de renda** será efetuada mediante aplicação, sobre o valor a ser pago pelo fornecimento do bem ou prestação do serviço, determinada mediante a aplicação do percentual de 15% (quinze por cento) sobre a base de cálculo determinada na forma estabelecida pelo art. 15 da Lei nº 9.249, de 1995, conforme a natureza do bem fornecido ou do serviço prestado.

29.6. Além disso, as condições de pagamento observarão, **no que couber**, o Decreto nº 16.901 de 09 de julho de 2012 (Dispõe sobre os critérios para pagamento em ordem cronológica das obrigações decorrentes de contratos regidos pela Lei Federal n. 14.133/2021) no âmbito do Recebimento, cuja Comissão disporá de portaria publicada no DOE/RO, devendo os Documentos Auxiliares da Nota Fiscal Eletrônica – DANFE, acompanhados dos comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e da seguinte documentação, no e-mail: sejus.ngc@gmail.com desta SEJUS:

a) Prova de regularidade fiscal e trabalhista, vigentes na data do recebimento da Nota Fiscal pela Comissão, composta por no mínimo os seguintes documentos:

I - Certificado de Regularidade do FGTS.

II - Certidão Negativa de Débitos de Contribuições Previdenciárias.

III - Certidão Conjunta da SRF e PGFN Negativa – Tributos Federais e Dívida Ativa da União.

IV - Certidão Negativa da Fazenda Estadual.

V - Certidão Negativa de Tributos Mobiliários Municipais.

VI - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

29.7. Os documentos de regularidade fiscal e trabalhista constituem condição indispensável para o efetivo pagamento da despesa, de acordo com a Instrução Normativa nº 002/CGE/2005 (DOE nº 0188 de 14/01/2005), sendo igualmente aceitas certidões negativas e positivas com efeitos de negativa, e conforme Parecer nº 1331/PGE-2013, em caso de pendência, a SEJUS está autorizada a comunicar aos órgãos credores acerca da existência de créditos em nome do fornecedor, a fim de possibilitar medidas judiciais de bloqueio ou sequestro do numerário disponível.

29.8. O Gestor do Contrato conferirá a conformidade da documentação encaminhada pela Comissão de Fiscalização e de Recebimento e procederá à juntada dessa no processo referente à execução do contrato oriundo deste Termo de Referência, e encaminhará os autos ao Núcleo Financeiro para a liquidação da despesa.

29.9. Se durante a liquidação for identificado erro ou falha documental sanável, salvo má-fé, o credor será notificado para no prazo de três dias corridos para sanear o processo, após esse prazo a obrigação do pagamento terá sua exigibilidade suspensa e será excluída da ordem cronológica de pagamento.

29.10. A liquidação da despesa deve ocorrer em até vinte dias corridos da apresentação dos documento à Comissão.

29.11. O pagamento decorrente de contratações públicas será feito após a habilitação para pagamento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do Decreto estadual nº 28.874/24, em conjunto do Decreto nº 16.901 de 09 de julho de 2012

29.12. Ao término do período que trata o item anterior, no caso de atraso no pagamento dos valores devidos, se constatada culpa exclusiva da CONTRATANTE, a requerimento da CONTRATADA, o pagamento se dará acrescido de atualização financeira, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais.

29.13. Para fins de cálculo da compensação financeira de que trata o item anterior, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR+0,5% “pro-rata tempore”), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.

29.14. Na hipótese das Notas Fiscais apresentarem erros ou dúvidas quanto à sua exatidão, a Administração efetuará o pagamento apenas das parcelas incontrovertidas, ressalvado o direito do fornecedor de reapresentar a cobrança.

30. DOS PROCEDIMENTOS E PRAZOS PARA REGULARIZAÇÃO E PAGAMENTO DO ISS

30.1. Para assegurar a regularidade, transparência e pontualidade no pagamento do ISS (Imposto sobre Serviços), deverão ser rigorosamente seguidos os prazos e o fluxo operacional estabelecidos a seguir:

a) A empresa contratada deverá emitir a nota fiscal preferencialmente até o 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente à prestação do serviço, e encaminhá-la ao setor responsável pelo recebimento do serviço, na respectiva unidade prisional;

b) Após o recebimento da nota fiscal, o setor responsável pela fiscalização e recebimento do serviço (unidade prisional) terá o prazo de até 3 (três) dias úteis para realizar o atesto da nota fiscal e elaborar o Termo de Recebimento de Serviço, encaminhando-o em seguida ao setor responsável pela gestão do contrato;

c) O setor de gestão contratual deverá, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, proceder com a conferência da documentação recebida, anexar os documentos obrigatórios ao processo e encaminhá-lo para a Gerência Administrativa e Financeira (GAF) para análise e providências de liquidação;

d) A Gerência Administrativa e Financeira (GAF) deverá analisar o processo e adotar as medidas necessárias à sua liquidação no prazo de até 3 (três) dias úteis, encaminhando-o ao Núcleo Financeiro (NUFIN) para continuidade das providências financeiras;

e) O processo deverá chegar ao NUFIN impreterivelmente até o dia 20 (vinte) de cada mês, a fim de garantir o pagamento do ISS dentro do prazo legal e evitar qualquer tipo de penalidade ou atraso junto ao fisco.

31. DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PUNITIVOS

31.1. Constatada a ocorrência de inexecução no cumprimento do contrato, o gestor do contrato, ou a comissão responsável por emitir Termos de Recebimento, emitirá notificação contendo determinação de medidas corretivas e fixação de prazo, por escrito, através de endereço eletrônico de representante credenciado ou pelo correio com aviso de recebimento ou entregue mediante recibo.

31.2. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, o gestor do contrato, ou a comissão responsável por emitir Termos de Recebimento, emitirá Parecer Técnico fundamentado circunstanciando a conduta ensejadora de sanções, e o encaminhará ao Ordenador de Despesas.

31.3. O Ordenador de Despesas, ciente do Parecer Técnico, instaurará Processo Administrativo Punitivo, notificando o fornecedor por escrito da instauração do processo e dos motivos que ensejaram a indicação das sanções, através de endereço eletrônico de representante credenciado ou pelo correio com aviso de recebimento, ou ainda publicação no DOE/RO para, querendo, no prazo de cinco dias úteis apresentar defesa.

31.4. No caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública o prazo será de dez dias úteis.

31.5. Não acolhidas as razões de defesa, o Gestor do Contrato aplicará a sanção cabível, publicando a decisão no DOE/RO, e cientificando por ofício o fornecedor, abrindo-se prazo de cinco dias úteis para apresentação de pedido de reconsideração ou interposição de recurso, conforme estabelece o artigo 165 da Lei 14.133/21.

31.6. Apresentado tempestivamente, o pedido de reconsideração ou o recurso, será submetido à apreciação da Procuradoria Geral do Estado – PGE/RO, para parecer prévio, afim de subsidiar a decisão da autoridade competente, que deverá ser publicada, em extrato, no DOE/RO.

31.7. Após o encerramento do Processo Administrativo Punitivo, o Ordenador de Despesas encaminhará, sob pena de responsabilidade, até o quinto dia útil do mês subsequente, a relação das pessoas físicas e jurídicas, e nesse último caso, também de seus diretores, sócios-gerentes e controladores, que deverão ser incluídos no CAGEFIMP.

31.8. Os servidores, gestor do contrato e membros das comissões, bem como o Ordenador de despesas serão responsabilizados se constatada omissão indevida na fiscalização, notificação, instauração do processo administrativo punitivo ou aplicação de sanções, na medida de sua omissão, considerando o princípio da indisponibilidade do interesse público.

32. MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

32.1. As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da CONTRATADA, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou à terceiros.

32.2. A autoridade competente, na aplicação das sanções; levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observando o princípio da proporcionalidade.

32.3. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

32.4. São sanções cabíveis nas contratações públicas:

a) Advertência;

b) Multas, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

32.5. As sanções descritas no caput poderão ser aplicadas concomitantemente, devendo ser assegurada a oportunidade de defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme o artigo 156 § 7º da Lei 14.133/21.

32.6. As sanções previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

32.7. A sanção denominada “Advertência” será aplicada exclusivamente em razão da conduta consistente na inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação.

32.8. A sanção descrita no caput, que será emitida por escrito, somente será cabível até a segunda aplicação para a mesma infração, ou seja, em caso de reincidência. Caso não se verifique a adequação da conduta por parte da CONTRATADA após a reincidência, será possível a aplicação da suspensão temporária de participação em licitação.

32.9. Será aplicado a sanção “Multa” em caso de Inexecução Total ou Inexecução Parcial do Contrato, bem como em casos de comportamento inidôneo, ilícito e/ou fraudulento.

32.10. Configura-se INEXECUÇÃO PARCIAL o descumprimento de QUALQUER dos deveres elencados no TERMO DE REFERÊNCIA, Contrato ou no Ato Convocatório, sem motivo justificado, são exemplos:

a) Não efetuar a entrega de documentação prevista e exigida no certame ou para a contratação.

b) Alterar a proposta apresentada, assim como não assinar e/ou retirar o instrumento de contrato.

c) Retardar a execução ou entrega do objeto e/ou alterar o acordado em contrato.

32.11. Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada Inexecução Total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual.

32.12. Fica estabelecido os seguintes critérios para os níveis de infrações e os seguintes percentuais para aplicação de penalidades, incidente sobre o valor - mensal do contrato e/ou sobre a parcela inadimplida:

a) Infrações Leves (prejuízo posterior) - 0,5% (cinco décimos por cento);

b) Infrações Médias (prejuízo imediato) - Até 15% (quinze por cento);

c) Infrações Graves (prejuízo permanente) - Até 30% (trinta por cento).

32.13. Em regra o percentual da multa será aplicado sobre o valor mensal do contrato, todavia em casos de execução parcial, poderá ser calculada sobre a parcela inadimplida do contrato, ficando a encargo da Administração observar em quais casos se aplicam.

32.14. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.

32.15. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

32.16. Ficará impedido temporariamente de participação em licitação e consequentemente de contratar com a Administração, por prazo não superior a 5 (cinco) anos (Decreto nº 28.874/2024) o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

a) Não assinar o contrato;

- b) Não entregar a documentação exigida no Termo de Referência;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Causar o atraso na execução do objeto;
- e) Não manter a proposta;
- f) Falhar na execução do contrato;
- g) Fraudar a execução do contrato;
- h) Comportar-se de modo inidôneo;
- i) Declarar informações falsas;
- j) Cometer fraude fiscal; e
- k) Receber duas Advertências e der causa a uma terceira.

32.17. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.

32.18. Poderá o licitante ser Declarado Inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e depois de decorridos o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

32.19. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com órgão licitante e de declaração de inidoneidade, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente deste Termo de Referência:

- a) Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos deste Termo de Referência;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

33. **FORÇA MAIOR OU CASO FORTUITO**

33.1. Ocorrendo fato novo decorrente de força maior ou caso fortuito, nos termos previstos na legislação vigente, que obste o cumprimento pela contratada dos prazos e demais obrigações estatuídas neste Contrato, ficará isenta das multas e penalidades pertinentes.

34. **DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

34.1. Considerando a iniciativa dos convênios provenientes de recursos federais, é imperioso que o edital seja publicado o mais breve possível. Essa agilidade é fundamental para garantir a renovação dos referidos recursos e a aquisição de novos, garantindo a manutenção dos convênios

34.2. Será formalizado o Contrato Administrativo estabelecendo em cláusulas as condições e responsabilidades entre as partes, em conformidade com este Termo de Referência, e com a Proposta da empresa, sob o crivo da Procuradoria Geral do Estado – PGE-RO;

34.3. O instrumento de Contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, conforme dispõe a Lei de Licitações, em seu art. 95, porém no caso de utilização do instrumento contratual, o **prazo** para assinatura do contrato será de **até 5 (cinco) dias úteis** da comunicação ao fornecedor.

34.4. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério do CONTRATANTE, por iguais e sucessivos períodos, nos termos da Lei nº 14.133/2021, respeitando-se os demais preceitos legais.

34.5. O critério de reajuste, deve seguir a observância das disposições constantes no Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024;

34.6. O índice de reajuste que deverá ser aplicado é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo IPCA-IBGE.

35. **DA REPACTUAÇÃO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO DO CONTRATO (DECRETO 28.874/2024)**

35.1. Considerando as necessidades de garantia do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos da administração pública deve ser atendido e preceituado nos parâmetros dos Art. 150 ao Art. 168 do Decreto nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

35.2. Conforme o art. 152 do Decreto nº 28.874/2024, os pedidos de reajustamento em sentido estrito, repactuação e revisão, além da documentação específica relativa ao requerimento elencada nos artigos seguintes, deverão ser instruídos com:

I - requerimento expresso do contratado, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, no caso de reajuste em sentido estrito, ou da entrada em vigor do acordo, convenção ou dissídio coletivo, no caso de repactuação;

II - análise técnica acerca da correção do requerimento do contratado, inclusive quanto aos cálculos, a ser realizada pela Pasta responsável pelo contrato;

III - documentação comprobatória da disponibilidade de recursos orçamentários previstos para fazer frente à despesa a ser assumida, como pedido de reserva ou documento equivalente, além da declaração da compatibilidade da despesa com a legislação orçamentária;

IV - autorização expressa por parte da autoridade máxima da Pasta

35.3. No que tange aos índices de reajuste a serem aplicados para fins do restabelecimento econômico-financeiro, adotar-se-á o que for mais vantajoso para a Administração, devendo ser observado a existência de índice próprio para o objeto contratual, conforme Art. 156 do Decreto nº 28.874/2024.

35.4. **Da Repactuação**

35.4.1. Conforme previsão nos art. 157 ao 162 o Decreto nº 28.874/24.

35.4.2. Para repactuação de preços, deverá ser observado o interregno mínimo de um (01) ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir.

35.4.3. O interregno mínimo de um (01) ano para a primeira repactuação será contado a partir:

a) da data limite, constante do ato convocatório, para apresentação da proposta ou do orçamento a que estas se referirem, em relação aos custos com a execução do serviço decorrente do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou

b) da data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

35.4.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

35.4.5. As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, devendo seguir os termos estabelecidos no art. 153 do Decreto Estadual nº 28.874/2024. As repactuações a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, salvo se, no caso de prorrogação contratual, constar cláusula específica resguardando o direito do contratado.

35.4.6. O prazo para resposta ao pedido de repactuação, será de até 60 (sessenta) dias corridos, a contar do recebimento da solicitação.

35.5. **Do Reajuste**

35.5.1. Ao final dos 12 (doze) meses iniciais de vigência do contrato, caso decidido pela sua prorrogação, os reajustes serão corrigidos com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice mais vantajoso para

administração.

35.5.2. O reajuste em sentido estrito, espécie de reajuste nos contratos de obra, fornecimento ou serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra, consiste na aplicação de índice de correção monetária estabelecido no contrato, que retratará a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais.

35.5.3. O índice de reajuste que deverá ser aplicado é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo IPCA-IBGE.

35.6. **Revisão**

35.6.1. Conforme previsão no arts. 163 ao 164 do Decreto nº 28.874/24.

35.6.2. A revisão contratual será concedida, a pedido da contratada, para promover o reequilíbrio econômico-financeiro da avença, diante da ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis com consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

35.6.3. O pedido de revisão de contrato deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- a) requerimento da contratada devidamente assinado pelo seu responsável;
- b) planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato;
- c) planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato;
- d) documentação hábil demonstrando a ocorrência de fatos imprevisíveis, fatos previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem álea econômica extraordinária e extracontratual;
- e) ato do ordenador de despesa do órgão ou entidade que decidir pelo reconhecimento das circunstâncias que autorizam a revisão do contrato; e
- f) pesquisa de preços praticados no mercado a fim verificar se o preço reequilibrado permanece atendendo o pressuposto fundamental da licitação, se for o caso.

Parágrafo único. A revisão será formalizada por meio de termo aditivo.

35.6.4. O prazo para resposta ao pedido de revisão para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, será de até 15 dias úteis, a contar do recebimento da solicitação;

36. **DO FORO**

36.1. As partes elegem o foro da Comarca de Porto Velho-RO, com expressa renúncia de qualquer outro, para dirimir os possíveis litígios que decorram do presente procedimento.

37. **CASOS OMISSOS, FORÇA MAIOR OU CASO FORTUITO**

37.1. Fica estabelecido, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste termo de referência e seus anexos, os chamados casos omissos, que estes serão dirimidos respeitando o objeto dessa licitação, por meio de aplicação da legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a lei nº 14.133/21, aplicando-se paralelamente, quando for o caso, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos estabelecidos na legislação civil brasileira e as disposições de direito privado.

37.2. Ocorrendo fato novo decorrente de força maior ou caso fortuito, nos termos previstos na legislação vigente, que obste o cumprimento pela contratada dos prazos e demais obrigações estatuídas neste Contrato, ficará a mesma isenta das multas e penalidades pertinentes.

38. **DA ARBITRAGEM COMO SOLUÇÃO DE CONFLITOS**

38.1. A Administração utilizar-se-á da aplicação de juízo arbitral para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis, conforme disposto no Art. 11, da Lei Estadual 4.007 de 2017 a qual prevê a aplicação do juízo arbitral previsto na Lei n. 9.307 de 1996, alterada pela Lei Federal n. 13.129, de 2015.

39. **DA CLASSIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS NOS AUTOS CONFORME LEI 12.527/2011:**

39.1. Informamos que a classificação dos documentos públicos constantes nos autos são classificados como ostensivos e segue os preceitos do art. 10 da Instrução Normativa nº 81/2022/SEGES/ME, haja vista que o acesso ao certame é franqueado aos licitantes. Dessa forma, os documentos a serem anexado ao processo deve atender o rito estabelecido no art. 10 da Instrução Normativa nº 81/2022/SEGES/ME e na Lei de Acesso a Informação -12.527/2011.

39.2. Este Termo de Referência segue os preceitos do art. 10 da Instrução Normativa nº 81/2022/SEGES/ME.

40. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

40.1. A adjudicação poderá ser para uma ou mais empresas que apresentar (em) a(s) proposta(s) de acordo com as especificações e ofertar o menor preço por lote.

40.2. Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do Instrumento Contratual a ser firmado.

40.3. Por fim, tendo em vista o registro do ordenador de despesas no sistema ComprasNet, será utilizado o CPF do Secretário de Estado da Justiça, **MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO**.

41. **DAS ASSINATURAS**

Responsável pela Solicitação: DERLAN DIÓGENES MARIM - Gerente da Política de Alternativas Penais - GEAP.

Responsável pela Revisão: ALESSANDRO DA SILVA JOVINO - Agente em Atividades Administrativas - GEAP.

Responsável pela Elaboração: VITORIA DE AGUIAR REGO, Estagiária do Núcleo de Compras - SEJUS/NUCOM.

Responsável pela Revisão: NASLIM ANANDA GUZMÁN FEITOSA, Chefe do Núcleo de Compras - SEJUS/NUCOM.

Responsável pela Aprovação: LARISSA IÚRI MENDONÇA GUEDES, Diretora de Políticas Penais - SEJUS/DIPP.

Responsável pela Aprovação: GILMARA AGUIAR DE SA, Gerente de Administração e Finanças- SEJUS/GAF.

Responsável pela Aprovação: MARIA ELILDE MENEZES DOS SANTOS, Diretora Executiva - SEJUS/DIREX.

Responsável pela Aprovação (Autoridade Competente): MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO, Secretário.

Responsável pela Aprovação (Autoridade Competente): EBENÉZER BORGES MOREIRA, Secretário Adjunto.

42. **ANEXO I - DISTRIBUIÇÃO POR LOTE**

42.1. Constam nos autos, o item que versa referente "**as Especificações Técnicas/Quantidades do Objeto**" na Solicitação de Compra/Serviço - Contratação Direta (0062749899), Planilha de Custos (0066866017) e adequado conforme o Despacho (0061629142) do processo SEI nº. 0033.031057/2024-59, que define os parâmetros legais para definição dos valores salariais:

VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO POR LOTE

SEJUS - 822737/2015 (CME) - LOTE 01				
FUNÇÕES	QTE FUNCIONÁRIOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	TOTAL 12 MESES
Assistente Social	1	R\$ 11.786,78	R\$ 11.786,78	R\$ 141.441,39
Psicólogo	1	R\$ 11.786,78	R\$ 11.786,78	R\$ 141.441,39
Assessor Especial Bacharel em Direito	1	R\$ 10.233,25	R\$ 10.233,25	R\$ 122.798,99
Pedagogo	1	R\$ 10.233,25	R\$ 10.233,25	R\$ 122.798,99
TOTAL	4	R\$ 44.040,06	R\$ 44.040,06	R\$ 528.480,77

SEJUS - 822740/2015 (CIAP-PVH) - LOTE 02				
FUNÇÕES	QTE FUNCIONÁRIOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	TOTAL 12 MESES
Assistente Social	3	R\$ 11.786,78	R\$ 35.360,35	R\$ 424.324,17
Psicólogo	1	R\$ 11.786,78	R\$ 11.786,78	R\$ 141.441,39
Assessor Especial Bacharel em Direito	1	R\$ 10.233,25	R\$ 10.233,25	R\$ 122.798,99
Pedagogo	1	R\$ 10.233,25	R\$ 10.233,25	R\$ 122.798,99
Agente em Atividades Administrativas	1	R\$ 6.062,09	R\$ 6.062,09	R\$ 72.745,05
TOTAL	7	R\$ 50.102,15	R\$ 73.675,72	R\$ 884.108,60

SEJUS - 907331/2020 (Medidas Cautelares - JIPA) - LOTE 03				
FUNÇÕES	QTE FUNCIONÁRIOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	TOTAL 12 MESES
Assistente Social	1	R\$ 11.786,78	R\$ 11.786,78	R\$ 141.441,39
Psicólogo	1	R\$ 11.786,78	R\$ 11.786,78	R\$ 141.441,39
Assessor Especial Bacharel em Direito	1	R\$ 10.233,25	R\$ 10.233,25	R\$ 122.798,99
Agente em Atividades Administrativas	1	R\$ 6.062,09	R\$ 6.062,09	R\$ 72.745,05
Supervisor	1	R\$ 9.800,58	R\$ 9.800,58	R\$ 117.606,97
TOTAL	5	R\$ 49.669,48	R\$ 49.669,48	R\$ 596.033,80

FUPEN - Termo de Adesão nº. 048/2023 - APEC-PVH - LOTE 04				
FUNÇÕES	QTE FUNCIONÁRIOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	TOTAL 12 MESES
Assistente Social	2	R\$ 11.786,78	R\$ 23.573,57	R\$ 282.882,78
Psicólogo	2	R\$ 11.786,78	R\$ 23.573,57	R\$ 282.882,78
Sociólogo (Analista em Desenvolvimento Social)	1	R\$ 12.316,37	R\$ 12.316,37	R\$ 147.796,39
Agente em Atividades Administrativas	1	R\$ 6.062,09	R\$ 6.062,09	R\$ 72.745,05
TOTAL	6	R\$ 41.952,02	R\$ 65.525,58	R\$ 786.307,01

TOTAL ANUAL DO LOTE 1				R\$ 528.480,77
-----------------------	--	--	--	-----------------------

TOTAL ANUAL DO LOTE 2	R\$ 884.108,60
TOTAL ANUAL DO LOTE 3	R\$ 596.033,80
TOTAL ANUAL DO LOTE 4	R\$ 786.307,01
TOTAL DOS LOTES PARA 12 MESES	R\$ 2.794.930,18

FUNÇÕES	QTE DE FUNC.	UNITÁRIO	MENSAL	12 MESES
Assistente Social	7	R\$ 11.786,78	R\$ 82.507,48	R\$ 990.089,74
Psicólogo	5	R\$ 11.786,78	R\$ 58.933,91	R\$ 707.206,95
Assessor Especial Bacharel em Direito	3	R\$ 10.233,25	R\$ 30.699,75	R\$ 368.396,98
Pedagogo	2	R\$ 10.233,25	R\$ 20.466,50	R\$ 245.597,99
Agente em Atividades Administrativas	3	R\$ 6.062,09	R\$ 18.186,26	R\$ 218.235,16
Sociólogo	1	R\$ 12.316,37	R\$ 12.316,37	R\$ 147.796,39
Supervisor	1	R\$ 9.800,58	R\$ 9.800,58	R\$ 117.606,97
TOTAL	22	R\$ 72.219,10	R\$ 232.910,85	R\$ 2.794.930,18



Documento assinado eletronicamente por **NASLIM ANANDA GUZMAN FEITOSA, Chefe de Núcleo**, em 09/12/2025, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **DERLAN DIOGENES MARIM, Gerente**, em 09/12/2025, às 14:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRO DA SILVA JOVINO, Chefe de Unidade**, em 09/12/2025, às 14:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA ELILDE MENEZES DOS SANTOS, Diretor(a) Executivo(a)**, em 09/12/2025, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0067218715** e o código CRC **BDE18808**.

